

O G20 na governança global após a crise econômica de 2008

The G20 in the global governance after the economic crisis of 2008

RAFAEL HENRIQUE DIAS MANZI¹

Resumo: Com a eclosão da crise econômica nos Estados Unidos em 2008, o G20 foi criado para ser o principal fórum com o intuito de aprofundar a cooperação econômica internacional entre as maiores economias desenvolvidas e emergentes. O principal objetivo do trabalho é examinar e analisar a atuação do G20 na governança global após a eclosão da crise econômica de 2008. Os resultados iniciais indicam que o G20 teve papel importante para a gestão da crise econômica de 2008. Todavia, o grupo perdeu a capacidade de construir consensos após 2009 com reflexos negativos sobre a governança econômica global.

Palavras-chave: G20; governança global; crise econômica de 2008.

Abstract: With the outbreak of the economic crisis in the United States in 2008, the G20 was created to be the main forum in order to strengthen international economic cooperation among the major developed and emerging economies. The main objective of this paper is to examine and analyze the G20 action on global governance after the outbreak of the economic crisis of 2008. Initial results indicate that the G20 had an important role in the management of the economic crisis of 2008. However, the group lost ability to build consensus after 2009 with negative effects on global economic governance.

Keywords: G20; global governance; economic crisis of 2008.

Recebido em:
2 de Fevereiro de 2015

Received on:
February 2, 2015

Aceito em:
30 de Abril de 2015

Accepted on:
April 30, 2015

DOI: 10.12957/rmi.2015.14857

¹Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). **Endereço para correspondência:** Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Caixa Postal: 04306, CEP:70904-970 – Brasília – DF. E-mail: rafaelmanzi@hotmail.com

Introdução

A falência do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers, em setembro de 2008, e o alastramento da crise econômica iniciada nos Estados Unidos para outras importantes praças financeiras trouxeram importantes consequências para o sistema internacional: (i) demonstrou a incapacidade dos mecanismos da governança econômica global vigente para gerir a crise econômica global de 2008 e (ii) ocasionou a emergência do G20 como principal fórum para a gestão e discussão da governança econômica internacional.

O principal objetivo do trabalho é examinar e avaliar a atuação do G20 na gestão da crise econômica de 2008 e na transformação do grupo em um fórum permanente para a discussão de temas econômicos internacionais. Os resultados iniciais apontam que o G20 teve papel importante para coordenar as políticas econômicas entre os países do grupo no contexto da crise econômica de 2008 e impedir o esfacelamento e derretimento do sistema financeiro mundial. Contudo, com a diminuição do risco de um colapso do sistema financeiro global ainda em 2009, o grupo foi perdendo progressivamente a capacidade de aprofundar a cooperação

econômica internacional nos anos seguintes.

O trabalho é dividido em duas seções. Na primeira, examinaremos os anos de formação do G20 e a transformação do grupo no principal fórum para a cooperação econômica internacional após 2008. Na segunda, analisar-se-á a atuação do grupo após o início da crise econômica de 2008.

Os anos de formação do G20

A performance das economias emergentes na década de 1990 pode ser descrita como um paradoxo. Sob uma perspectiva, a economia global em sua primeira década, após o fim do socialismo real na União Soviética, pode ser descrita como a “exuberante década de 1990” (Stiglitz, 2003). De fato, as taxas de crescimento econômico tanto nas economias emergentes quanto nas desenvolvidas tiveram desempenho superior ao registrado ao longo da década anterior. Por outro lado, em virtude das turbulências econômicas nos países emergentes esse período pode ser caracterizado como a década das crises financeiras no mundo emergente.

O surgimento de diversas crises financeiras ao longo dos anos 1990 nos mercados emergentes (México – 1994, Ásia– 1997, Rússia – 1998 e Brasil – 1999) teve suas origens em fatores

internos e externos. No *front* doméstico, o acúmulo de desequilíbrios macroeconômicos elevou a vulnerabilidade externa das economias emergentes e contribuiu para a ocorrência de crises financeiras. Ao mesmo tempo, a intensificação do processo de globalização financeira não foi acompanhada pela criação de novos mecanismos internacionais para a prevenção e gestão de crises financeiras, o que potencializou o surgimento de ataques especulativos contra as moedas nacionais nos mercados emergentes e a ocorrência de distúrbios nos mercados financeiros nacionais (Roubini; Setser, 2004).

Dentro desse contexto, iniciaram-se as reuniões que discutiram a realização de reformas na governança global para a prevenção e gestão das crises financeiras internacionais no fim dos anos 1990. Os países do G-7², liderados principalmente pelos Estados Unidos, iniciaram as discussões para a criação de um novo grupo – G20 financeiro –

formado por países desenvolvidos e em desenvolvimento. A inclusão das economias emergentes era fundamental para a funcionalidade do novo grupo em virtude da crescente importância desses países para a estabilidade da economia global (Okubo, 2014).

A decisão dos países aglutinados ao novo grupo dependeu da importância sistêmica de cada país no sistema internacional e sua projeção para as próximas décadas. Ficou estabelecido que o G20 financeiro fosse composto pelo G7 e os seguintes países: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México, Turquia (Castro, 2011).

O novo grupo foi estabelecido com o principal objetivo de aprofundar a cooperação internacional entre economias avançadas e emergentes para a gestão das crises financeiras internacionais. Entre 1999 e 2008, predominou na agenda do grupo: prevenção e gestão de crises financeiras internacionais, intensificação da cooperação macroeconômica internacional e temas ligados a reforma da arquitetura econômica internacional. Institucionalmente, o G20 financeiro realizou reuniões anuais dos ministros da fazenda e dos presidentes dos bancos centrais dos países membros com a participação do Diretor-Gerente do

²O G-7 foi criado no início da década de 1970 com o intuito de aprofundar a cooperação internacional entre as maiores economias capitalistas. O estabelecimento de um fórum próprio dos líderes do “mundo livre” decorreu das turbulências econômicas e políticas da década de 1970. O grupo é composto por Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Japão. A Rússia passou a participar das reuniões do grupo na década de 1990. Entretanto, a participação russa no grupo decorreu mais por aspectos geopolíticos do que econômicos. (Kirton, 2011).

Fundo Monetário Internacional (FMI) e o presidente do Banco Mundial. Como ressaltou Castro (Idem, p. 302) acerca dos objetivos do novo grupo,

“Sobre a operação e posição do grupo na arquitetura da governança econômica internacional, acordou-se que o G20 não seria um grupo executivo. O objetivo do novo foro era o de moldar a agenda internacional, facilitar a cooperação e construção de consensos em temas afeitos à globalização financeira e, assim, “liderar por exemplo”. Para os países do G7, como dito acima, o G20 era uma espécie de base para a convergência de políticas e padrões já sedimentados nos países desenvolvidos”.

Se a criação do G20 financeiro teve suas raízes na ocorrência das crises financeiras nos mercados financeiros dos países emergentes na década de 1990, a transformação do grupo em encontros de cúpulas entre os líderes de governo do G20 a partir de 2008 foi reflexo principalmente de dois fatores dentro do sistema internacional. Primeiro, as elevadas taxas de crescimento econômico registradas nos países emergentes desde o início da década de 1990 diminuíram o fosso

econômico entre países desenvolvidos e emergentes com uma alteração nas relações de poder dentro do sistema internacional. Segundo Zakaria (2008, p. 12), o momento atual é caracterizado pela ascensão do “resto”³ em um mundo pós-americano e cada vez menos ocidentalizado.

Ao longo das últimas décadas, países de todo o mundo vêm experimentando taxas de crescimento que outrora eram impensáveis. Embora tenham passado por elevações e quedas, a tendência geral tem sido indiscutivelmente para cima. Esse crescimento tem sido mais visível na Ásia, mas não está mais restrito a ela. Por isso, chamar essa mudança de “ascensão da Ásia”, mas não está restrito a ela. Em

³ O termo “resto” se popularizou na literatura das relações internacionais ao longo da década de 2000 em decorrência do bom desempenho econômico dos países do resto – outrora chamados de terceiro mundo, em desenvolvimento ou emergentes. Entretanto, não existe um consenso para designar os critérios para definir quais economias pertencem ao resto. Consideramos que o “resto” é composto das economias que o Fundo Monetário Internacional (FMI) considera como emergentes ou em desenvolvimento. Neste trabalho, os países emergentes serão chamados também de “resto”. A lista dos países está disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/weodata/index.aspx>. Da mesma forma, diversos autores têm criado conceitos próprios para designar o sistema internacional diante do surgimento de novos pólos de poder e do fim do momento unipolar da década de 1990, tais como: “*multiplex world*” (Acharya, 2014), “*no one’s world*” (Kupchan, 2012) e “*nonpolarity international system*” (Haas, 2008). Um fator comum em todas as análises é a tendência da regionalização dos polos de poder em detrimento da existência de superpotências globais.

2006 e 2007, 124 países cresceram a uma taxa de 4% ou mais.

A ascensão do resto ou das “locomotivas do sul” (Prashad, 2012) dentro do sistema internacional pode ser observado por meio da participação do PIB⁴ destes países na economia global. Em 1980, as economias conjuntas dos países do G-7 representaram 56% do PIB mundial e os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) 9,5% da economia do mundo. No mesmo período, a soma das economias emergentes representou 30,9% do PIB mundial e dos avançados 69,1%. A partir da década de 1980, o continente asiático – especialmente China e Índia – vem registrando taxas de crescimento econômico superior à média mundial com reflexos diretos sobre a distribuição do PIB mundial.

Como resultado, os países emergentes aumentaram sua fatia de participação no PIB mundial ao longo principalmente dos últimos vinte anos. Em 2000, os países avançados representaram 63,2%

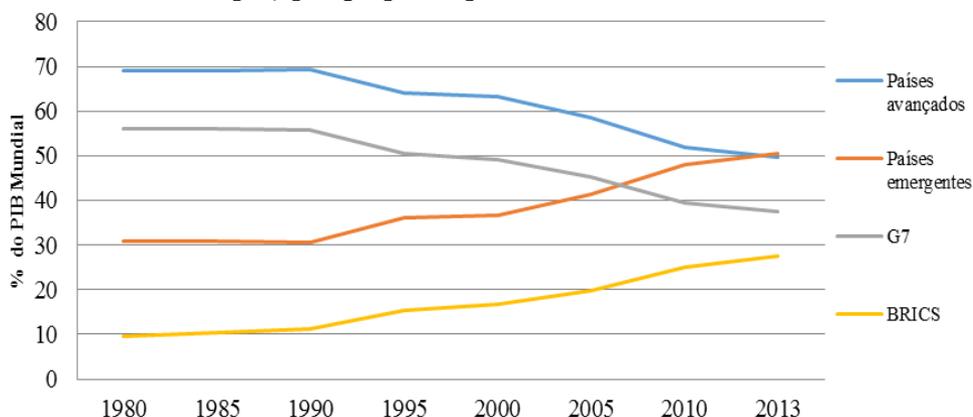
do PIB mundial e as economias emergentes 36,8%. Dez anos depois, os emergentes elevaram sua participação para 48% do PIB mundial e os avançados recuaram para 52%. Em 2013, o PIB agregado dos países emergentes pela primeira vez desde a ascensão do mundo ocidental no século XVIII ultrapassou a somatória das economias desenvolvidas. Esses resultados são em grande medida reflexos do crescimento econômico dos BRICS.

Os BRICS⁵ elevaram sua participação na economia mundial de 11,2% em 1990, para 16,9% em 2000, e 25,2% em 2010. Entre os BRICS, a China apresentou as maiores taxas de crescimento econômico desde 1980. O PIB chinês que representou 2,3% do PIB global em 1980 elevou sua participação para 4,1% em 1990, 7,4% em 2000 e 13,8% em 2010. Ao mesmo tempo, o G7 reduziu sua participação no PIB mundial de 55,8% em 1990, para 49,1 em 2000, e 39,5% em 2010. A evolução na participação no PIB mundial dos países avançados, emergentes, G7 e BRICS é observada na Figura 1.

⁴ Neste trabalho, utilizamos o PIB (paridade poder de compra) em detrimento do tradicional PIB (preços correntes) por entendermos que esse método de análise reflete o poder de consumo das populações. Importante ressaltar que o PIB (PPC) aumenta o PIB das economias emergentes quando comparadas com os países avançados pela metodologia tradicional.

⁵ Os dados sobre a Rússia foram inclusos somente a partir de 1995 devido a inexistência de dados no período da União Soviética.

Figura 1. Distribuição do PIB mundial (Paridade de Poder de Compra) por grupos de países entre 1980 e 2013.



Fonte: Figura elaborada pelo autor com base nos dados do FMI. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/>. Acesso: 20 nov. 2014.

Em segundo lugar, com a falência do banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers, em setembro de 2008, e a contaminação dos principais mercados financeiros mundiais a crise financeira tornou-se global. Segundo Roubini e Mihov (2010, p. 150), “No quarto trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009 a economia global se contraiu numa porcentagem que só teve paralelo, em tamanho e profundidade, com o colapso de 1929 a 1931, que deu início a grande depressão”.

Para evitar o aprofundamento da recessão econômica, a implosão do sistema financeiro global e a adoção de políticas nacionalistas e unilaterais

como ocorreu após o *crash* de 1929 era necessário a articulação e coordenação das políticas econômicas entre as principais economias mundiais. Entretanto, as instituições oriundas da Conferência de Bretton Woods e os clubes informais como o G7 careciam de capacidade e legitimidade para a gestão da crise econômica de 2008. Embora o G20 financeiro tivesse sido criado na década anterior, a magnitude da crise financeira de 2008 demandou uma resposta mais enfática dos governos nacionais. (Woods, 2011). Como observou Carvalho (2012, p. 16) acerca da gravidade da crise e da necessidade de uma resposta mais robusta dos líderes mundiais “o caráter

global que a crise assumiu no segundo semestre de 2008 pedia soluções globais”.

A atuação do G20 na governança econômica global após 2008

No início de novembro de 2008, o governo Bush convocou a primeira cúpula do grupo. A primeira reunião que envolveu os chefes de governo do G20 ocorreu dia 15 de novembro de 2008, na capital dos Estados Unidos. Posteriormente ocorreram oito encontros do G20 até os dias atuais: Londres (abril-2009), Pittsburgh (setembro-2009), Toronto (junho-2010), Seul (novembro-2010), Cannes (novembro-2011), Los Cabos (junho-2012), São Petersburgo (setembro-2013) e Brisbane (novembro-2014).

A declaração final do primeiro encontro do G20 enfatizou que o principal objetivo do grupo era impedir o aprofundamento da recessão econômica e restaurar a confiança dos mercados financeiros internacionais. Ao mesmo tempo, foi lançada na cúpula de Washington uma agenda de longo prazo no grupo. Entre as principais medidas para gerir a crise financeira no curto prazo os membros do G20 acordaram no primeiro encontro: (i) estimular a demanda interna por meio da adoção de políticas fiscais expansionistas para aquecer as economias nacionais e

impedir o aprofundamento da recessão econômica, (ii) ampliar e facilitar a liberação de recursos do FMI e Banco Mundial para os países que apresentassem uma deterioração dos indicadores econômicos e (iii) implementar ações que fortaleçam os regimes internacionais que regulam as atividades financeiras e ampliar a cooperação internacional para aumentar a solidez dos mercados financeiros no futuro (G20, 2008).

As ações do G20 nas duas primeiras reuniões foram fundamentais para impedir o aprofundamento da crise econômica internacional. Nas cúpulas de Washington e Londres, os países membros acordaram realizar um estímulo fiscal conjunto entre as principais economias mundiais para aquecer a demanda interna e impedir o aprofundamento da recessão econômica (Woods, 2011).

O estímulo fiscal dos países do G20, em 2008 e 2009, totalizou aproximadamente US\$ 2 trilhões ou ao redor de 1,4% do PIB mundial. Entretanto, a magnitude do estímulo fiscal foi heterogênea entre os países do grupo. Na China, Arábia Saudita, Itália, Estados Unidos, Turquia e Coréia do Sul o estímulo ultrapassou os 5% do PIB nacional. Enquanto isso, as medidas adotadas no Brasil, Rússia, Índia,

Argentina, Canadá, México, França, Alemanha, África do Sul, Austrália e Reino Unido foram inferiores a 5% do PIB nacional. O estímulo fiscal ocorreu majoritariamente por meio da redução temporária de impostos, aumento dos investimentos dos governos nacionais em infraestrutura, programas sociais e transferência de renda aos mais pobres e incentivos fiscais no mercado de trabalho (International Labour Organization, 2010).

No tocante a agenda para a reforma na regulação global dos mercados financeiros, as negociações dentro do G20 avançaram com a substituição do Financial Stability Forum (FSF) – criado em 1999 com o G20 financeiro – pelo Financial Stability Board (FSB)⁶ em 2009. O principal objetivo das negociações é a criação de um acordo global para homogeneizar regras e procedimentos de regulação do setor bancário por meio da adoção do Basileia III.

A percepção da necessidade de uma ampla reforma global do sistema bancário decorreu das próprias raízes e desdobramentos da crise econômica de 2008. Como ressaltado ainda na primeira cúpula de Washington, as

raízes da crise financeira decorreram tanto das falhas na regulação do setor bancário quanto na inexistência de maior cooperação internacional. A ineficácia dos reguladores nacionais em impedir o surgimento do “shadow banking system” – operações bancárias que não eram contabilizadas nos balanços patrimoniais das instituições financeiras não-bancárias, do crescimento sem precedentes dos mercados derivativos e da elevação dos níveis de alavancagem das instituições financeiras – especialmente não bancárias – foram fundamentais para a eclosão da crise econômica global a partir de 2008. Nesse sentido, era necessário aprofundar a cooperação e a padronização das regras bancárias entre os países. Roubini; Mihm (2010), Morris (2009) e Eichengreen (2011).

Em temas envolvendo a reforma da arquitetura financeira internacional houve avanços nas negociações. A revisão das cotas do Fundo Monetário Internacional era uma demanda histórica das economias emergentes que estavam sub-representadas nos processos decisórios do Fundo. Em Seul, foi estabelecido a 14ª revisão das quotas do FMI que transfeririam 6% das quotas dos países avançados para as economias emergentes. Da mesma forma, o G20 decidiu em Londres aumentar os recursos do FMI para atuar na crise

⁶ Além dos membros do G20 financeiro, Espanha e União Europeia foram incluídos no FSB em 2009.

econômica de 2008. Os recursos adicionais teriam origem em novas alocações dos Direitos Especiais de Saques, na venda de ouro no mercado internacional e na elevação das quotas dos membros do FMI. (G20, 2009; G20, 2010a).

No comunicado final da reunião do G20 em Pittsburgh, os líderes de governo se comprometeram a transformar o grupo no “principal fórum para a cooperação econômica internacional”. A declaração eufórica era resultado da esperança que se criou na capacidade do G20 de solucionar os principais problemas de cooperação econômica internacional. Ademais, a inclusão das maiores economias do mundo emergente aumentou a percepção de legitimidade e capacidade do G20 para a construção de consensos internacionais. Em outras palavras, o objetivo da declaração de Pittsburgh era transformar o G20 de um “comitê temporário” para a gestão de crises para um “comitê global permanente” para a discussão de temas econômicos internacionais (G20, 2009a).

Em um primeiro momento, compreendido entre as reuniões de Washington e Londres, os principais objetivos do G20 foram alcançados. A coordenação das políticas macroeconômicas e os estímulos fiscais

conjuntos entre os países do grupo impediram o aprofundamento da recessão global e o derretimento do sistema bancário mundial. Os esforços dos líderes do G20 para evitar o surgimento de barreiras protecionistas ao comércio internacional surtiram efeito e a Organização Mundial do Comércio (OMC) conseguiu impedir o surgimento de um nacionalismo comercial virulento (Alexandroff; Kirton, 2010).

Para Drezner (2012, p.1), os resultados de curto prazo alcançados pelo G20 não devem ser menosprezados já que a governança econômica internacional “funcionou”. Nas palavras do autor, “Despite initial shocks that were more severe than the 1929 financial crisis, national policy elites and multilateral economic institutions responded quickly and robustly (...). To be sure, there are remained areas where governance has either faltered or failed, but on the whole, global regime worked”.

Nos encontros posteriores do G20 em Pittsburgh, Toronto, Seul, Los Cabos e São Petersburgo poucos resultados foram alcançados. A atuação do G20 foi eficaz apenas nos períodos de turbulência internacional. Como observou Mahbubani (2013, p. 225), “when the crisis was over, the G-20 nations went back into their bad old

habits of focusing on short-term national interests, which trumped long-term global interests”.

A capacidade do G20 em transformar-se em um “comitê global permanente” e gerar consensos para permitir a coordenação internacional foi perdendo fôlego ao longo de 2009. Na reunião de Pittsburgh em 2009, a inclusão de temas econômicos mais sensíveis nas discussões internacionais como os desequilíbrios globais⁷ demonstrou as dificuldades do grupo em construir consensos e respostas políticas para a resolução de problemas de coordenação econômica internacional (Subacchi, 2014).

A criação do FSB em 2009, por exemplo, trouxe poucos avanços efetivos na implementação, monitoramento e regulação do setor financeiro dos países membros do G20. Segundo Helleiner (2014, p. 114) “While international trade Law had “hardened” since the mid-1990s with the creation of the WTO, the FSB and international

financial standards regime still relied on largely soft law, with implementation and compliance remaining voluntary”.

Uma importante distinção entre o G7 e o G20 é a homogeneidade entre os países dos dois grupos. O estabelecimento do G20 como principal fórum internacional para a gestão da crise econômica de 2008 aumentou a capacidade e legitimidade do grupo na gestão de assuntos globais. Por outro lado, o crescimento da heterogeneidade entre os países do grupo dificulta a formação de consensos em temáticas sensíveis como regulação do sistema bancário, taxas de câmbio ou mesmo mudanças climáticas dentro do G20 e em outras organizações internacionais⁸. A substituição do G7 – grupo de países avançados com sistemas políticos e econômicos semelhantes – pelo G20 – aglutinação de países avançados e emergentes com diferenças políticas, econômicas e de interesses de agenda distintos – aumentou a heterogeneidade e diversidade do grupo e tem dificultado

⁷ Os desequilíbrios globais são caracterizados por desequilíbrios entre renda, consumo e investimento nas economias nacionais. O termo ganhou maior atenção da sociedade mundial ao longo da década de 2000 em decorrência dos desequilíbrios observados principalmente nos Estados Unidos e em importantes economias emergentes. Enquanto nas economias avançadas – especialmente nos Estados Unidos – ocorreu uma elevação dos déficits nas transações correntes ao longo da década de 2000, registrou-se um crescimento dos superávits nas transações correntes e das reservas internacionais nas economias emergentes (Wolf, 2008).

⁸ De fato, o surgimento de novos pólos de poder aumenta a complexidade das negociações internacionais. Na OMC, a emergência do Brasil, Rússia e China traz novas dinâmicas com o surgimento de interesses e agendas distintas dos países desenvolvidos. Nesse sentido, um dos motivos que explicam a paralisia institucional e os impasses da Rodada Doha, iniciada ainda em 2001, é a formalização de coalizões internacionais pelos países emergentes como o G20 comercial – coalizão de países emergentes que negociam a agenda agrícola dentro da OMC – e o maior peso desses atores nas negociações. Sobre as dinâmicas de negociações na OMC e o papel dos emergentes ver Narlikar (2010).

a formação de consensos dentro do G20 (Subbachi, 2014).

No mesmo contexto, com a crise econômica e a ascensão do resto no sistema internacional os Estados Unidos perderam a capacidade de liderar e assumir os custos econômicos e políticos referentes a uma reforma da governança econômica internacional. Esse vácuo de poder levou Roubini; Bremmer (2011, p. 1), a cunhar o termo G – Zero para definir a governabilidade do G20 após 2008. Nas palavras dos autores, “We are now living in a G-zero world, one in which no single country or bloc of country has the political or economic leverage –or the will – to drive a truly international agenda”.

Em temas sensíveis para os países emergentes como os controles de capitais e a regulação do setor financeiro persistem divergências entre os países do grupo que impedem a formação de consensos dentro do G20. Enquanto os países desenvolvidos defendem menor intervenção governamental na movimentação de capitais estrangeiros, na livre-conversibilidade das moedas nacionais e na regulação bancária, os emergentes advogam uma maior liberdade para os Estados Nacionais regularem agendas sensíveis da área monetária e financeira que são consideradas importantes para a

preservação da estabilidade macroeconômica e dos sistemas financeiros nacionais⁹ (Chwieroth, 2010).

Essas divergências surgem em decorrência da crise de legitimidade do modelo liberal norte-americano ao redor do mundo e do surgimento de novas perspectivas econômica que são preconizadas principalmente pelos países emergentes e demandam papel mais ativo do Estado na regulação do setor financeiro (Kirshner, 2014). Segundo Helleiner (2010), p. 622), “What is missing today is the coalescing of a new international consensus around a broader economic ideology of the kind that embedded liberalism represented”.

Considerações Finais

A criação do G20 financeiro ainda no fim da década de 1990 e, posteriormente, a transformação do grupo em um encontro dos líderes de governo foi antes de tudo uma resposta

⁹ Importante ressaltar que não existe a formação de coalizões dentro do G20 que contraponham claramente as posições, interesses e agendas entre os países desenvolvidos e emergentes. Embora seja possível verificar a existência de uma tendência na convergência de interesses entre os emergentes, persistem contradições e divergências internas que diminuem o surgimento de uma coesão política mais sólida dos emergentes dentro do G20. Nesse sentido, é necessário analisar cada tema especificamente para verificar se existe uma polarização entre países desenvolvidos e emergentes. Sobre a perspectiva de unidade dos emergentes no G20 ver Ramos (2012), Badin (2012).

dos governos nacionais para aprofundar a cooperação econômica internacional e criar mecanismos para a prevenção e gestão das crises econômicas internacionais. Dada a magnitude da crise econômica de 2008, o G20 tornou-se engrenagem fundamental para evitar uma catástrofe financeira sem precedentes na história contemporânea.

Enquanto comitê para gerir a crise econômica de 2008, o G20 atingiu seus principais objetivos que era impedir o aprofundamento da crise por meio de uma resposta coordenada entre os governos e bancos centrais nacionais do G20 e o lançamento de uma agenda de reformas da arquitetura financeira internacional. Entretanto, a promessa do G20 em tornar-se no “principal fórum para a cooperação econômica internacional” para a construção de consensos entre as principais economias do mundo não ocorreu após a crise

financeira internacional ter perdido intensidade ao longo de 2009.

A perda de ímpeto do G20 é um dos reflexos de transformações estruturais dentro do sistema internacional. A ascensão de economias que outrora ocupavam posição marginal dentro do sistema internacional alterou a hierarquia dentro da ordem internacional e aumentou a heterogeneidade de posições entre os países do G20. A manifestação dessas divergências ficou evidente nas discussões dentro do G20 sobre a reforma da ordem econômica internacional após a crise econômica de 2008. Nesse sentido, essa heterogeneidade diminui a capacidade do G20 em construir consensos internacionais e acaba gerando impasses entre os países do grupo com efeitos negativos sobre a governabilidade do sistema internacional.

Referências

Acharya, A. (2014) *The End of American World Order*. Cambridge, Polity Press.

Alexandroff, A. S.; Kirton, J. (2010) ‘The “Great Recession” and the Emergence of the G-20 Leaders’ Summit’, in: Alexandroff, Alan S.; Cooper, Andrew. (org.). *Rising States, Rising Institutions*. Challenges for Global Governance. Baltimore, Brookings Institution Press, pp. 175-195.

Badin, L. (2012) *Os BRICS no G20 – as perspectivas de uma unidade*. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center.

Carvalho, F. J. C. (2012) ‘O G20 e a reforma do sistema financeiro: possibilidades e limitações’, in: CINTRA, Marcos A. M. (org.); GOMES, Keiti da Rocha (org.). *As Transformações no Sistema Financeiro Internacional*. Brasília, IPEA, pp. 15-30.

Castro, A. C. de. (2011) *Ordem e Governança Econômica no pós-guerra fria. Do G7 ao G20*. 388fl. Doutorado em Relações Internacionais – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Cooper, A. F.; Thakur, R. (2013) *The Group of Twenty (G20)*. New York, Routledge.

Chwieroth, J. M. (2010) *Capital Ideas*. The IMF and the rise of financial liberalization. Princeton, Princeton University Press.

Drezner, D. W. (2012) *The Irony of Global Economic Governance*. The system worked. Washington: Council on Foreign Relations.

Eichengreen, B. (2011) *Privilégio Exorbitante*. Rio de Janeiro, Editora Elsevier.

G20. (2013) Russia Leader’s Declaration. Disponível em: https://www.g20.org/sites/default/files/g20_resources/library/Saint_Petersburg_Declaration_ENG_0.pdf (Acesso: 15 dez. 2014).

_____. (2010a) The G20 Seoul Leader’s Declaration. Disponível em: https://www.g20.org/sites/default/files/g20_resources/library/Seoul_Summit_Leaders_Declaration.pdf (Acesso: 15 dez. 2014).

_____. (2010b) The G20 Toronto Summit Declaration. Disponível em: https://www.g20.org/sites/default/files/g20_resources/library/Toronto_Declaration_eng.pdf (Acesso: 15 dez. 2014).

_____. (2009a) The Leaders’ Statement. The Pittsburgh Summit. Disponível em: https://www.g20.org/sites/default/files/g20_resources/library/Pittsburgh_Declaration_0.pdf (Acesso: 15 dez. 2014).

_____. (2009b) London Summit – Leaders Statement. Disponível em: https://www.g20.org/sites/default/files/g20_resources/library/London_Declaration.pdf (Acesso: 15 dez. 2014).

_____. (2008) Declaration Summit on financial markets and world economy. Disponível em:

https://www.g20.org/sites/default/files/g20_resources/library/Washington_Declaration_0.pdf (Acesso: 15 dez. 2014).

Haas, R. N. (2008) 'The Age of Nonpolarity: What Will Follow U.S. Dominance', *Foreign Affairs*, May-June, 87(3), pp. 44-56.

Helleiner, E. (2014) *The status quo crisis. Global Financial Governance after the 2008 meltdown*. New York, Oxford University Press.

_____. (2010) 'A Bretton Woods moment? The 2007-2008 crisis and the future of global finance', *International Affairs* 86(3), pp. 619-636.

International Labour Organization. (2010) *A review of global fiscal stimulus*. International Institute for Labour Studies. (EC-IILS Joint Discussion Paper Series No. 5).

Kirshner, J. (2014) *American power after the financial crisis*. Ithaca, Cornell University Press.

Kirton, J. (2011) 'The G8: Legacy, Limitations, and Lessons', in: Bradford, Colin I.; Lim, Wonhyuk (org.). *Global Leadership in Transition: Making the G20 More Effective and Responsive*. Washington, Brookings Institution Press, pp. 16-35.

Kupchan, C. A. (2012) *No One's world. The west, the rising rest, and the coming global turn*. New York, Oxford University Press.

Mahbubani, K. (2013) *The great convergence. Asia, the West and the logic of one world*. New York, Public Affairs.

Morris, C. R. (2009) *O crash de 2008*. São Paulo, Editora Aracati.

Narlikar, A. (2010) New powers in the club: the challenges of global trade governance. *International Affairs*, 86(3), pp. 717-728.

Okubo, Y. (2014) 'The G-20 and Financial Market Regulation', in: Dervis, Kemal; Drysdale, Peter (org.). *The G-20 summit an five. Time for strategic leadership*. Washington, Brookings Institution Press, pp. 159-177.

Prashad, V. (2012) *The Poorer Nations: a possible history of the global south*. New York: New Left Books.

Ramos, L. *et al.* (2012) 'A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 55 (2), pp. 10-27.

Roubini, N.; Bremmer, I. (2011) 'A G-Zero world: the new economic club will produce conflict, not cooperation', *Foreign Affairs*, 90(2).

Roubini, N.; Mihm, S. (2010) *A economia das crises. Um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro, Editora Intrínseca.

Roubini, N.; Setser, B. (2004) *Bailouts or bail-ins? Responding to Financial Crises in Emerging Economies*. Washington, Institute for International Economics.

Stiglitz, J. E. (2003) *Os exuberantes anos 90. Uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo, Editora Schwarcz Ltda.

Subacchi, P. (2014) 'Adapting to the New Normal: The G-20 and Advanced Economies Five Years after Washington', in: DERVIS, Kemal; DRYSDALE, Peter (org.). *The G-20 summit an five. Time for strategic leadership*. Washington, Brookings Institution Press.

Woods, N. (2011). 'The Impact of the G20 on Global Governance: A History and Prospective', in: BRADFORD, Colin I.; LIM, Wonhyuk (org.). *Global Leadership in Transition*. Washington, Brookings Institution Press.

Wolf, M. (2008) *A reconstrução do Sistema Financeiro Global*. Rio de Janeiro, Elsevier Editora.

ZAKARIA, F. (2008) *O mundo pós-americano*. São Paulo, Companhia das Letras.